



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

LEI Nº 7.335, DE 6 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre o serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos denominado “Zona Azul” e dá outras providências.

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e, eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Patos de Minas autorizado a outorgar a concessão de serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos denominado “Zona Azul”, mediante licitação, na modalidade de concorrência.

§ 1º O estacionamento rotativo será pago pelo usuário por hora ou fração no horário compreendido entre 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta feira e de 08:00 as 14:00 horas aos sábados, sendo que o prazo máximo permitido será de duas horas, vedada a sua prorrogação.

§ 2º O valor a ser pago pelo usuário será definido pela Administração Pública, por meio de critérios técnicos, podendo ser reajustado anualmente de acordo com a variação da UFPM – Unidade Fiscal do Município de Patos de Minas, ou outro indexador que venha a substituí-lo.

§ 3º Nas áreas adjacentes aos perímetros de grande aglomeração de veículos a cobrança será equivalente à 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado.

§ 4º O estacionamento será livre aos domingos e feriados.

§ 5º A concessão a que se refere esta Lei se regerá, no que couber, pelas normas estabelecidas no art. 175 da Constituição Federal e pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações.

Art. 2º A concessão dar-se-á mediante contrato, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco por prazo determinado.

Art. 3º O prazo da concessão será de 05 (cinco) anos, renováveis por igual período, caso demonstrado interesse público.

Art. 4º Incumbe à concessionária a execução adequada do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, salvo, se a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições do direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Município.

Art. 5º A transferência de concessão ou controle societário da concessionária sem prévia anuência do Município implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o *caput* deste artigo o pretendente deverá:

I – atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;

II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 6º O Município poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Art. 7º Extingue-se a concessão nos seguintes casos:

I – advento do termo contratual;

II – encampação;

III – caducidade;

IV – rescisão;

V – anulação;

VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Município durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

§ 2º A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Município, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, observadas as disposições legais e contratuais.

§ 3º Declarada a caducidade, não resultará para o Município qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

§ 4º O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Município, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, sendo que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados antes do trânsito em julgado da decisão judicial.

Art. 8º São direitos e obrigações dos usuários:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

- I – receber serviço adequado;
- II – receber do poder concedente e da concessionária, informações para a defesa de interesse individuais ou coletivos;
- III – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- IV – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- V – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 9º A concessão de serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos, pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

Parágrafo único. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 10 Ficam REVOGADAS as Leis municipais nº 7.262, de 23 de fevereiro de 2016 e 2.541, de 13 de dezembro de 1989.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 6 de junho de 2016, 128º ano da República e 148º ano do Município.


Pedro Lucas Rodrigues
Prefeito Municipal